gua portuguesa. 6. Ed. Curitiba: Poli

FONSECA, Vitor da. Introdução às dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998b. (Coleção Leitura).

MARICATO, Adriana. O prazer da leitura se ensina. Criança. Brasília. s/v, n. 40, p. 18-26, set.2005;

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. 9. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998;

REZENDE, Vânia Maria. Literatura Infantil e Juvenil. Vivências de leitura e expressão criadora. Rio de Janeiro, 1993.

UNIP, Universidade Paulista. Apostila – Pedagogia – Estrutura e organização da escola de Educação Infantil, Práticas e Projetos.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1996

ZILBERMAN, Regina. A leitura no Brasil: sua história e suas instituições. Disponível em:< HTTP://www.unicamp.br/iel/memoria/ensaios/Regina.html>. Acesso em: Abril de 2019.

YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. Leituras e leituras da literatura infantil. São Paulo: FTD, 1988.

APRENDIZAGEM DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MICHELLE SILVA FERREIRA

RESUMO:

Este artigo apresenta a importância da música no processo de ensino aprendizagem e a musicalização como elementos contribuintes para o desenvolvimento da inteligência e a integração do ser. A música com maior ou menor intensidade está na vida do ser humano, ela desperta emoções e sentimentos de acordo com a capacidade de percepção que ele possui para assimilar a mesma, traz algumas sugestões de atividades e analisa o papel da música na educação. Remete também a Inteligência Musical, apontada por Howard Gardner, como uma das múltiplas inteligências e à capacidade que a música tem de influenciar o homem física e mentalmente, podendo contribuir para a harmonia pessoal, facilitando a integração e a inclusão social. A lei 11.769 / 2008 foi criada para garantir que a música faça parte das aulas, pois desenvolve atenção, concentração, memória, afetividade, socialização, cognição, criatividade, etc. Além disso, ela é feita em diferentes tempos e lugares, por isso traz informações importantes sobre o contexto histórico, social e cultural de diferentes povos. Desse modo, ela pode contextualizar os conteúdos, integrá-los de forma interdisciplinar e, portanto, facilitar a aprendizagem.

Palavras-chave: Música; Desenvolvimento; Ensino; Interdisciplinaridade, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O ensino da Arte como disciplina escolar tornou-se obrigatório na Educação Básica pela LDB 9394/96. Durante muito tempo, os educandos usaram livros e manuais, que valorizavam a técnica em detrimento da estética. Aos poucos, o foco do ensino mudou. E essa mudança foi ainda mais expressiva, quando as crianças passaram a ser vistas como seres em desenvolvimento, que precisam da ludicidade para seus aprendizados. Com isso, a música também passou a fazer parte das aulas.

A educação tem que ser vista de uma maneira total e duradoura e precisa de várias formas de estudo para o seu melhoramento, porque em qualquer meio sempre haverá formas diferentes de individualidade e diversidades das condições ambientais que são oriundos dos estudantes que precisam de um tratamento personalizado.

A criança tem que se sensibilizar com o universo dos sons, porque é pela audição que ela se interage com os fenômenos sonoros e os sons. Quanto maior a alegria da criança com o fenômeno sonoro, mas ela descobrirá seus benefícios. Por isso é extremamente importante, praticar com as crianças desde pequeno, pois esta prática de certa forma ajuda no desenvolvimento da sua memória e atenção.

O ensino de música tornou-se obrigatório na Educação Básica com a criação da Lei 11.769 de 2008. Pela importância que a música tem para o desenvolvimento infantil, os RCNEI de 1998 já trazem objetivos e conteúdo específicos para esse trabalho. Todavia, não há um documento de âmbito nacional que contemple o trabalho com alunos do 1º ao 5º ano.

Tendo em vista que a maioria dos professores da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental não possui formação para o ensino de música, tampouco têm segurança para introduzi-lo na rotina das crianças, este artigo pretende apontar diferentes maneiras de tornar esse trabalho mais simples e produtivo.

Nas séries iniciais atuam professores generalistas, os quais devem mediar conteúdos de todas as áreas do conhecimento, sendo a música uma dessas áreas. Entende-se que é fundamental que esses profissionais possuam uma vivência com os aspectos musicais, além de um conhecimento básico e fundamentado dos conteúdos de música a introduzir nas suas aulas (GODOY e FIGUEIREDO, 2006, em CAMARGO, 2009, p.5).

A música quando bem explorada desenvolve a inteligência, criatividade e outros dons e aptidões, portanto, deve-se aproveitar esta excelente atividade educacional dentro das salas de aula. A música e a dança estão no corpo e afloram emoções, neste sentido ela equaliza o metabolismo, interfere na receptividade sensorial e diminui os efeitos de fadiga ou leva a excitação do aluno.

FARIA (2001, p. 24), “A música como sempre esteve presente na vida dos seres humanos, ela também sempre está presente na escola para dar vida ao ambiente escolar e favorecer a socialização dos alunos, além de despertar neles o senso de criação e recreação”. A unidade escolar, enquanto espaço institucional para difusão de conhecimentos socialmente cons-

truídos, pode se trabalhar em patrocinar a aproximação das crianças com outras propriedades da música que não aquelas reconhecidas por elas na sua relação espontânea com a mesma. Cabe aos professores proporcionar situações de aprendizagem nas quais as crianças possam ficar em relação com um número diferente de produções musicais não apenas amarradas ao seu ambiente sonoro, mas se possível, também, de origens variadas, como, de outras famílias, de outras comunidades, de outras culturas de diferentes qualidades: folclore, música popular, música clássica e outros.

Para que se entenda a dimensão desta relação faz-se necessário conceituar Interação: Processo interpessoal pelo qual indivíduos em contato modificam temporariamente seus comportamentos uns em relação aos outros, por uma estimulação recíproca contínua. A interação social é o modo comportamental fundamental em grupo (DICIONÁRIO DE PSICOLOGIA, p. 439)

Na interação Professor-Aluno, a escola enquanto instituição educativa desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam está interação principalmente no que tange sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a convivência em grupo e em sociedade. Assim, também é função da escola a dimensão epistêmica, onde ocorre a apropriação de conhecimentos acumulados, bem como a qualificação para o trabalho, dimensão profissionalizante.

Na fala de Freire, percebe-se o vínculo entre o diálogo e o fator afetivo que norteará a virtude primordial do diálogo, o respeito aos educandos não somente como receptores, mas enquanto indivíduos. As relações afetivas que o aluno estabelece com os colegas e professores são grande valor na educação, pois a afetividade constitui a base de todas as reações da pessoa diante da vida (FREIRE, 1967).

O ESPAÇO DA ESCOLA

De acordo com os estudos de Coll (1996), o perfil da educação brasileira apresentou significativas mudanças nas últimas décadas. O desempenho dos alunos remete-nos à necessidade de considerarem a formação do professor, como sendo requisito fundamental para a melhoria dos índices de aprovação, repetência e evasão do ensino.

As expectativas do professor sobre o desempenho dos alunos podem funcionar como uma

"suposição de autorrealização". Isto é: o aluno de quem o professor espera menos é o que realiza menos, ao passo que aqueles de quem se espera um bom desempenho acabam, na realidade, por apresentá-lo (COLL, 1996).

Assim, as taxas de evasão evidenciam a baixa qualidade do ensino e a incapacidade dos sistemas educacionais e das escolas de garantir a permanência do aluno, penalizando os alunos de nível de renda mais baixos. Exatamente por fazerem parte de famílias desprovidas de recursos, as crianças não têm acesso ao mínimo de informações culturais no lar, e por isso, chegam à escola em situação de inferioridade em relação à maioria dos estudantes de classes mais altas (COLL, 1996).

Uma criança que faça parte de uma família de poucos recursos, sua alimentação será deficiente e, por isso, seu desenvolvimento físico e sua saúde serão deficientes. Por viver em ambientes com pessoas que não tiveram uma boa formação escolar, sua linguagem terá muitas falhas. O estudante carente usa uma linguagem pobre em vocabulário e em sua estruturação. Seus colegas de famílias de melhor posição social, que cresceram entre pessoas com algum grau de instrução, teriam domínio de um proveitoso vocabulário.

Coll (1996:95) afirma que:

Os alunos formam seu próprio conhecimento por diferentes meios: por sua participação em experiências diversas, por exploração sistemática do meio físico ou social, ao escutar atentamente um relato ou uma exposição feita por alguém sobre um determinado tema, ao assistir um programa de televisão, ao ler um livro, ao observar os demais e os objetos com certa curiosidade e ao aprender conteúdos escolares propostos por seu professor na escola (COLL, 1996, p. 95).

Os regulamentos e exigências escolares também são vistos como causas dos problemas que a educação enfrenta. Logo de início há uma extrema falta de vagas, a escola tem uma localização que dificulta o trajeto de ida e volta dos alunos. Depois temos os horários estabelecidos pelas escolas, que são muito criticados por não atenderem a realidade da população. Outro fator que dificulta a permanência e o bom desempenho dos alunos na escola são, as despesas com materiais exigidos pela escola como: uniforme, livros, taxas, etc..., isso porque na maioria dos casos, os pais não podem comprar o que a escola exige (COLL, 1996, p. 95).

Segundo durkheim (1978, p. 49), a família é colocada como principal responsável pelo fracasso dos alunos, não sendo questionadas, as condições materiais de vida dessas famílias, nem sua participação nas relações sociais de produção que são o que determinam, em última instância, as possibilidades de assistência aos filhos. Essas conclusões ideológicas eximem os professores de observar sua própria atuação no contexto escolar, sua participação na seletividade e, principalmente, a função da escola como reprodutora da sociedade desigual na qual se insere: “A escola não pode ser propriedade de um partido; e o mestre faltará em seus deveres quando empregue a autoridade de que dispõe para atrair seus alunos à rotina de seus preconceitos pessoais, por mais justificados que lhes pareçam” (DURKHEIM, 1978, p. 49).

Em várias salas de aula nota-se a exigência constante de disciplina, o estabelecimento de uma relação autoritária entre o professor e seus alunos, o trabalho obrigatório e repetitivo. Um dos meios de controlar a disciplina é a divisão do tempo. Há hora determinada para entrar, sair, para o recreio, a merenda, para tomar água, para ir ao banheiro, etc. O cumprimento do horário é obrigatório, sem levar em conta o que a criança está fazendo ou qual é a sua vontade no momento (DURKHEIM, 1978, p. 49).

Há, por parte do professor, uma vigilância constante e ameaças, gerando um clima de tensão entre as crianças, por estarem sempre antecipando as consequências de seus “maus atos”: o aluno corre o

risco de ficar sem recreio, de ser retirado após as aulas, além de outras ameaças de castigo. Quem é "bem-comportado" recebe recompensas e é apresentado como modelo aos colegas:

Mas os tempos mudaram e mudaram muito. Hoje, uma suspensão transformou-se num prêmio, seja ela de um dia ou mais. Algumas escolas, mesmo mantendo o sistema de suspensão, são mais esclarecidas, suspendem os alunos de suas atividades didáticas e recreativas, mantendo-o em seu recinto através da organização de trabalhos nas bibliotecas ou coordenações, e aproveitam para encaminhá-lo aos serviços de orientação educacional. Nesses casos, o prêmio não é tão grande (WERNECK, 1999, p. 60).

Se a aprendizagem, em sala de aula, for uma experiência de sucesso, o aluno constrói uma representação de si mesmo como alguém capaz. Se ao contrário, for uma experiência de fracasso, o ato de aprender tenderá a se transformar em ameaça. O aluno ao se considerar fracassado, vai buscar os culpados pelo seu conceito negativo e começa achar que o professor é chato e que as lições não servem para nada (WERNECK, 1999).

Procura-se, portanto, romper as diferenças de professor e aluno consagrados pela escola tradicional. Os papéis tradicionalmente desempenhados pelo professor que é o de ensinar, transmitir e dominar e pelo aluno que é o de aprender, receber passivamente e obedecer devem ser mudados. Só assim a escola poderá efetivamente atender a sua mais elevada finalidade: permitir o aluno a chegar ao conhecimento (WERNECK, 1999).

Como bem destaca CECCON (1998), para que a sociedade possa mudar é preciso que nós provocamos mudanças de forma significativa para o indivíduo. Entende-se, portanto, que as escolas devem comparar sua relação com a comunidade e ainda, criar um clima favorável ao aprendizado, onde a contribuição e o compromisso são peças fundamentais para obtermos a verdadeira escola, isto é, uma escola democrática, onde todos tenham acesso a coletividade:

Somente uma outra maneira de agir e de pensar pode levar-nos a viver uma outra educação que não seja mais o monopólio da instituição escolar e de seus professores, mas sim uma atividade permanente, assumida por todos os membros de cada comunidade e associada de todas as dimensões da vida cotidiana de seus membros (FREIRE, 1980, p.117).

O PAPEL DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO

Snyders (1992) comenta que a função mais evidente da escola é preparar os jovens para o futuro, para a vida adulta e suas responsabilidades. Mas ela pode parecer aos alunos como um remédio amargo que eles precisam engolir para assegurar, num futuro bastante indeterminado, uma felicidade bastante incerta. A música pode contribuir para tornar esse ambiente mais alegre e favorável à aprendizagem, afinal "propiciar uma alegria que seja vivida no presente é a dimensão essencial da pedagogia, e é preciso que os esforços dos alunos sejam estimulados, compensados e recompensados por uma alegria que possa ser vivida no momento presente" (SNYDERS, 1992, p. 14).

Além de auxiliar para deixar o ambiente escolar mais festivo, podendo ser usada até mesmo para proporcionar um ar mais receptivo à chegada dos alunos, dando um efeito calmante após períodos de atividade física e diminuindo a preocupação em momentos de prova, a música também pode ser utilizada como um recurso no aprendizado de outras disciplinas. O professor pode selecionar músicas que digam 135 sobre o conteúdo a ser utilizado em sua área, isso vai fazer com que a aula seja dinâmica e atraente, e vai auxiliar a recordar as informações. Mas, a música também deve ser pensada como matéria em si, como linguagem artística, forma de expressão e patrimônio cultural. A escola deve aumentar o conhecimento musical do aluno, dando oportunidades na convivência com os diferentes estilos, apresentando novos gêneros, proporcionando uma análise pensativa do que lhe é apresentado, permitindo que o aluno se torne mais crítico. Conforme Másrsico (1982, p.148) "[...] uma das tarefas primordiais da escola é assegurar a igualdade de chances, para que toda criança possa ter acesso à música e possa educar-se musicalmente, qualquer que seja o ambiente sociocultural de que provenha".

As atividades musicais realizadas na escola não visam à formação de músicos, e sim, através da vivência e compreensão da linguagem musical, propiciar a abertura de canais sensoriais, facilitando a expressão de emoções, ampliando a cultura geral e contribuindo para a formação integral do ser. A esse respeito Katsch e Merle-Fishman apud Bréscia (2003, p.60) afirmam que "[...] a música pode melhorar o desempenho e a concentração, além de ter um impacto positivo na aprendizagem de matemática, leitura e outras habilidades linguísticas nas crianças" (BRÉSCIA, 2003, P.60).

Ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante a escola se tornar um ambiente alegre, favorável ao desenvolvimento (BARRETO, 2000, P.45).

Para Bréscia (2003, p. 81) "[...] o aprendizado de música, além de favorecer o desenvolvimento afetivo da criança, amplia a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo".

A MÚSICA NA ESCOLA

A música por si só já apresenta motivos suficientes para que seja trabalhada, em seus inúmeros aspectos na Educação Básica.

A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo à linguagem musical. É uma das formas importantes de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente (RCNEI, 1998, p.44).

Ao entrar na escola, os pequenos já trazem consigo ideias, emoções, vivências. O trabalho com música aproxima o conhecimento formal do mundo lúdico no qual

se expressa. Podese dizer, portanto que: "É nessa fase que faz sentido aprender brincando e ensinar com o lúdico, aproximando o conhecimento à realidade da criança, tornando sua aprendizagem significativa" (CONRADO & SILVA, 2006, p.11).

A primeira etapa do processo de escolarização é a Educação Infantil. Esta não é um período preparatório para o ensino fundamental. A criança é sujeito na construção de suas aprendizagens. Assim, a música pode ser uma grande aliada do professor no processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Todavia, há um grave problema quanto ao seu aproveitamento no ambiente escolar, consequência do ensino tecnicista ao qual foi submetido o fazer artístico no século passado, ou seja, a valorização da técnica em lugar da estética.

A lei 11.769 de 2008 tornou obrigatório o ensino de música, devido à sua importância para o desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade. Contudo, não deu garantias de que isso fosse feito com qualidade. A falta de espaço físico para realizar as atividades com música acaba atrapalhando quem está na sala ao lado. Por isso, tais atividades devem fazer parte do projeto escolar e ter o apoio de todos educadores.

[...] Ainda falando da estrutura educacional, temos o espaço reduzido de uma sala de aula para trabalharmos música com trinta a cinquenta (SIC) alunos em meio a carteiras e cadeiras sem contar que bem ao lado, são ministradas aulas que exigem mais silêncio como: matemática, português, ciências (CAMARGO, 2009, p.27). Considerando que, sob a perspectiva da educação inclusiva, o trabalho pedagógico deve promover condições de equidade a todos os educandos, no acesso ao currículo escolar. Para tanto, é preciso preocupar-se com uma formação integral, valorizando suas habilidades e potencialidades. Não só o ensino de Português e Matemática devem ser priorizados. Além dessas, as demais áreas do conhecimento devem ser trabalhadas de forma lúdica e prazerosa. Os movimentos corporais e sensitivos também podem ser explorados, permeando todos os momentos da rotina, por meio da música. Nas redes de ensino em que as crianças têm professores especialistas de Educação Física e Arte, os conteúdos de música são trabalhados com mais frequência. Entretanto, quando o professor polivalente tem de desenvolver esse trabalho, os problemas aparecem. Pela falta de preparo, alguns podem cometer erros na seleção do repertório, pautando-se no estereótipo da criança como um ser incapaz de compreender letras mais complexas.

Tem havido ótimas produções para crianças, os músicos e os compositores brasileiros têm se preocupado com a qualidade com que é oferecido ao público infantil. [...] Também poderemos encontrar no comércio canções cuja letra carece de sentido, sem nenhum atrativo sonoro e com andamento sempre igual da primeira até a última música. A letra de muitas dessas canções deixa transparecer o conceito que muitos adultos têm sobre a criança como um ser "bobinho" que não pensa e vive no mundo da fantasia. Por isso, os refrões tudo "legal... eu sou feliz... sou criança..." além das letras que pretendem dar "lição moral". O pior de tudo, é que esse tipo de gravação vai para a escola e roda o dia inteiro como música de fundo.

Cuidado! A produção é enorme, é preciso saber escolher (MAFFIOLETTI, 2001, p. 127 e 128).

Vale ressaltar que os educandos já possuem um gosto musical desenvolvido a partir de suas experiências com diferentes gêneros, ritmos, letras, etc. Eles trazem essas vivências para a escola e, muitas vezes, as letras e as coreografias evidenciam conceitos contraditórios aos trabalhados em sala de aula. É difícil lidar com tamanha diversidade. Embora não caiba julgamento, as escolhas feitas pelos educadores não costumam contemplar as preferências dos alunos. No entanto, o fato de essas músicas serem rechaçadas em um ambiente não evita que sejam apreciadas em outros. É preciso valorizar a diversidade.

Para compreender como as crianças significam as práticas musicais midiáticas e a relação entre mídia e escola, nesse processo, é importante entender o trânsito entre os diversos tipos de cultura abordados, em especial pela mídia. Assim, se as formas culturais atravessam as classes sociais com uma intensidade e frequência maiores do que se imagina, cabe à escola a formação para uma apropriação enriquecedora desses objetos, no caso particular, a música (SUBTIL, 2006, p.36).

O professor poderá estar atento às iniciativas de expressão musical das crianças. Mesmo que não apresentando grandes aptidões musicais, a criança deve ser incentivada e elogiada, pois, à medida que as atividades musicais são desenvolvidas na sala de aula, a criança construirá o seu conhecimento em música e poderá deixar a forma espontânea de se expressar musicalmente, sem traumas ou rótulos pejorativos que poderão carregar para a sua vida toda (CAMARGO, 2009, p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, por meio deste estudo que as diversas áreas do conhecimento podem ser estimuladas com o uso da musicalidade. Segundo esta perspectiva, a música é nascida como um universo que fala a expressão de ideias, valores culturais, sentimentos e ajuda na comunicação da pessoa consigo mesmo e com o meio em que se vive. Ao atender diferentes modos do desenvolvimento humano: físico, social, mental, espiritual e emocional, a música deve ser vista como um agente facilitador do processo educacional. Nesse contexto faz se necessária a sensibilização dos professores para relembrar a conscientização quanto às alternativas da música para facilitar o bem-estar e o crescimento das potencialidades dos estudantes, porque ela fala diretamente ao corpo, à mente e às emoções.

É preciso considerar o fato de que o professor, quando se torna comprometido com o aluno e com uma educação de qualidade, fazendo do aluno alvo do processo ensinoaprendizagem, e cumprindo seu papel de orientador e facilitador do processo, legítima assim a teoria de uma facilitação da aprendizagem, através da interação entre sujeitos, ultrapassando, desse modo, a mera condição de ensinar.

No entanto, muitos fatores levam a questionar se esta prática educativa vem realmente acontecendo de maneira satisfatória nas instituições. Muitas vezes, as relações entre os sujeitos acabam por se contrapor, seja por motivos econômicos,

sociais, políticos ou ideológicos, demonstrando falhas no cotidiano e lar, bem como limitações quanto à aquisição do conhecimento no processo ensino-aprendizagem.

A chegada da música na educação ajuda a percepção e estimula a memória e a inteligência, conciliando-se ainda com habilidades linguísticas e lógico-matemáticas ao desenvolver processos que ajudam o aluno a se reconhecer e a se orientar melhor no mundo. Fora isso, a música também vem sendo usada como fator de bem estar no emprego e em várias atividades terapêuticas, como elemento facilitador na manutenção e recuperação da saúde. As atividades de musicalidade também auxiliam a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. Pelo seu caráter lúdico e de liberdade de expressão, não acrescentam pressões e nem cobranças de participações, são uma forma de melhorar e aliviar a criança, ajudando na desinibição, auxiliando para o envolvimento social, acordando noções de respeito e consideração pelo outro, e abrindo espaço para novas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, K.F.G. Música nas séries iniciais: uma reflexão sobre o papel do professor unidocente nesse processo. Maringá. Universidade Estadual de Maringá, 2009. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2396-8.

CAMPBELL, Bruce; DICKINSON, Dee. Ensino e Aprendizagem por meio das

Inteligências Múltiplas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COLL, C. et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1996.

DUCOURNEAU, Gérald. Introdução à musicoterapia. São Paulo: Manole, 1984.

DURKHEIM. E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ESTEVÃO, Vânia Andréia Bagatoli. A importância da música e da dança no desenvolvimento infantil. Assis Chateaubriand – PR, 2002. 42f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense – CTESOP/CAEDRHS.

FARIA, Márcia Nunes. A música, fator importante na aprendizagem. Assis chateaubriand

– PR, 2001. 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Centro TécnicoEducacional Superior do Oeste Paranaense – CTESOP/CAEDRHS.

FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE P. Conscientização. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

TARDIFF, Maurice. C. Lessard. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas: Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VASCONCELOS. C. dos Santos. Disciplina Construção da Disciplina Consciente e

Interativa na sala de aula. Cadernos Pedagógicos do Libertad. São Paulo: Libertad. 1994.

WERNECK, H. Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo. 16 ed. Petrópo-